

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

CONSELHO EDITORIAL

M. F. DO NASCIMENTO BRITO
PresidenteWILSON FIGUEIREDO
Vice-Presidente

REDAÇÃO

MARCELO PONTES
EditorPAULO TOTTI
Editor ExecutivoMARCELO BERABA
Editor ExecutivoORIVALDO PERIN
Secretário de RedaçãoSÉRGIO RÊGO MONTEIRO
DiretorEDGAR LISBOA
Diretor Agência JBEconomia - Brasil
Depois da Febre

O economista Gustavo Franco pretendeu responder à pergunta que mais se faz nos países envolvidos com programas de estabilização depois de longas febres inflacionárias: "Será possível crescer, distribuir renda e manter a competitividade?" O debate em torno da distribuição da renda não é novo no Brasil. A geração em torno dos 30 anos era criança quando ele começou, com uma motivação política diferente da que tem hoje.

Nos idos de 1967/70, quando começava o chamado milagre brasileiro, sociólogos rebeldes e políticos descontentes com o regime autoritário questionaram o modelo econômico porque seria concentrador de renda. Brazilianistas como Albert Fishlow e outros entraram em cena, trazendo de Berkeley e demais universidades americanas teses de doutorado que oxigenaram o debate sobre o Plano de Ação Econômica (PAEG) do Professor Roberto Campos, com as correções de rumo feitas por Delfim Neto, Reis Velloso e Mário Henrique Simonsen.

Não há como comparar linearmente os anos 60 com os anos 90. Quando Saddam Hussein se transforma em ameaça à paz no Oriente Médio, mísseis caem-lhe sobre a cabeça. O mundo dos anos 80 pagou o preço do choque do petróleo e do choque dos juros. Hoje, os juros lá fora flutuam em patamares civilizados e nem mesmo uma chuva de mísseis sobre o Iraque consegue mobilizar de forma dramática os preços de um produto que continua vital, como o petróleo.

A guerra mundial deslocou seu centro de gravidade das matérias-primas para o giro financeiro. Um país é invadido ou desestabilizado pelo fluxo de capitais. Em todo o mundo os capitais giram em mesas de derivativos desafiando controles dos bancos centrais e sistemas com fundamentos menos sólidos. Os países com maior taxa de sucesso são os que respondem aos desafios através de correções fundamentais, envolvendo as contas do Tesouro, seus custos públicos e privados.

A retórica de Gustavo Franco toca o centro de gravidade dos problemas brasileiros rumo ao fim do século quando propõe que se substituam os clichês dos anos 70 e 80 — tempos do mundo bipolar, do alto valor das matérias-primas e da guerra fria —, por uma cultura nova, que privilegia a competitividade e a produtividade. Existirão brechas nessa proposta?

No estudo em que divulgou suas opiniões, aparentemente com a bênção do presidente Fernando Henrique Cardoso, o diretor do Banco Central lembra que a taxa de crescimento da produtividade do trabalho (em termos simples: a medida do esforço que um trabalhador tem que fazer para produzir alguma coisa) caiu 1,4% por ano entre 1986 e 1990 (dados da Fiesp) enquanto entre 1990 e 1995 aumentou 7,6%. Nesse período, lembra ele, a taxa de aumento da

produtividade foi o dobro da verificada na OECD (o clube formado pelos Estados Unidos, Canadá, Japão e os países mais desenvolvidos da Europa).

Segundo Gustavo Franco, uma abertura maior da economia brasileira contribuiria para reduzir ainda mais os desequilíbrios na distribuição da renda. Obrigadas a competir, as empresas terão que reduzir seus custos, beneficiando os consumidores, mantendo estável a capacidade de compra dos mais pobres e evitando a brutal transferência de renda que acontecia quando os mais ricos mantinham o dinheiro em contas remuneradas e os mais pobres carregavam no bolso um papel-moeda que perdia 1% de valor ao dia. Uma vez mais o diretor do BC está certo na análise global. Mas não estará certo se esquecer alguns detalhes.

A proposta de competitividade não deve se limitar à capacidade das empresas privadas de rever métodos gerenciais ou linhas de montagem. Uma parte da inflação brasileira explica-se, é verdade, pela falta de compromisso das empresas privadas com boas contabilidades de custos e de luta pela eficiência, porque a economia era fechada. Outra parte, porém, passa pelo Estado brasileiro. Outra se explica por fatores externos, tão ou mais distorcidos quanto os existentes aqui.

Ninguém ignora que o Eximbank americano e o japonês funcionam como molas propulsoras detrás dos conglomerados japoneses e americanos. Os subsídios da União Européia aos agricultores europeus são escandalosos, para dizer o mínimo. O mundo, portanto, é imperfeito e nele os grupos e empresas se movem dentro de regras de competitividade não necessariamente olímpicas.

Sem ingenuidade, o Brasil precisa aprender a conviver com esse mundo, com regras de jogo estáveis e sem recaídas no protecionismo que gerou indústrias obsoletas e custos altos para os consumidores. Precisa, também, dar mais velocidade à reforma do Estado e dos fatores estruturais que podem favorecer o aumento da volatilidade dos mercados.

Na verdade, um brutal aumento de produtividade é o pré-requisito para que o Brasil avance na direção que o ex-ministro Delfim Neto corretamente aponta, que é a da competitividade externa e a alavancagem da economia através das exportações. Franco e Neto podem estar atirando na mesma direção, ainda quando falando do alto de plataformas políticas antagônicas.

A diferença entre os anos 60 e os anos 90 está exatamente na maturidade e enorme abertura com que se debatem as questões vitais para o país. Esse ambiente conduz mais rápido à *minima moralia*, à moral mínima que a sociedade exige para escolher seu caminho, seus desafios, seus parceiros e seus inimigos.